

GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS CULTURAIS; DINÂMICA PEDAGÓGICA E REFLEXÕES DO CAMPO CULTURAL

Thiago Godoy Nepomuceno¹

Carla Daniela Rabelo Rodrigues²

Resumo:

O Grupo de Estudos funciona como uma atividade acadêmica e observatório de estudos contínuos com base na leitura de livros, artigos científicos, relatórios e hemerografia relacionados às políticas culturais brasileiras e de outros países. Esse campo de pesquisa é fundamental ao bacharelado em Produção e Política Cultural (PPC) da Universidade Federal do Pampa e consequentemente ao grupo PET-PPC, demais interessadas/os, para ampliar o contato da/o discente com essa literatura e com um dos âmbitos de sua atuação profissional. Prevendo a expressão chave "política cultural" que completa o nome do curso, contudo, outorgar ênfase para estudos deste campo num primeiro momento, vemos como prioridade tratar de assuntos que percorrem atividades político-culturais de nosso país, priorizando autores expoentes e com publicações recentes que nos atualizam sobre os principais debates acadêmicos em curso. A tutora do grupo PET faz uma curadoria de textos, depois repassa texto com base nos interesses dos bolsistas, distribuídos devido a especificidade de cada estudo, tratando de assuntos que os bolsistas procuram explorar para aperfeiçoar e utilizar como base nas suas pesquisas acadêmicas (TCC, trabalhos, etc).

Palavras-chave: Grupo de estudos; Política Cultural; Dinâmica; Pedagógica;

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

GRUPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS CULTURAIS; DINÂMICA PEDAGÓGICA E REFLEXÕES DO CAMPO CULTURAL

¹ Aluno de graduação. tigothi42@gmail.com. Autor principal

² Docente. carlarabelo@unipampa.edu.br. Orientador

Grupo de Estudos em Políticas Culturais; Dinâmica pedagógica e reflexões do campo cultural

INTRODUÇÃO

O Grupo de Estudos funciona como uma atividade acadêmica e observatório de estudos contínuos com base na leitura de livros, artigos científicos, relatórios e hemerografia relacionados às políticas culturais brasileiras e de outros países. Esse campo de pesquisa é fundamental ao bacharelado em Produção e Política Cultural (PPC) da Universidade Federal do Pampa e conseqüentemente ao grupo PET-PPC, demais interessadas/os, para ampliar o contato da/o discente com essa literatura e com um dos âmbitos de sua atuação profissional. Prevendo a expressão chave “política cultural” que completa o nome do curso, contudo, outorgar ênfase para estudos deste campo num primeiro momento, vemos como prioridade tratar de assuntos que percorrem atividades político-culturais de nosso país, priorizando autores expoentes e com publicações recentes que nos atualizam sobre os principais debates acadêmicos em curso.

METODOLOGIA

A tutora do grupo PET faz uma curadoria de textos, depois repassa texto com base nos interesses dos bolsistas, distribuídos devido a especificidade de cada estudo, tratando de assuntos que os bolsistas procuram explorar para aperfeiçoar e utilizar como base nas suas pesquisas acadêmicas (TCC, trabalhos, etc).

O formato estabelecido pelo grupo de estudos recorre ao modelo que é usado em alguns congressos, apresentando dois expositores que apresentam o texto, exploram seu conteúdo analiticamente e expõem os principais elementos dispostos para discussão. Após apresentação do texto, dois debatedores iniciam um diálogo com base no texto trazendo questões e outros prismas para análise do grupo, pilares para efetuar um debate de forma construtiva entre expositores, discentes e tutora que ocupam o espaço de estudo. Sendo assim a meta final da metodologia de trabalho em grupo prevê uma dinâmica aberta e não hierárquica de modo a convidar a todas e todos a comentar o texto lido, ou trazer casos que ajudar na compreensão textual.

RESULTADOS e DISCUSSÃO

Desde a criação do Grupo de Estudos em Políticas Culturais (PET-PPC/UNIPAMPA), foram realizados 11 encontros onde foram discutidos (até a escrita deste trabalho) os respectivos 11 textos. Especificamente neste primeiro semestre, o grupo realizou quatro encontros do grupo de estudos. Os textos debatidos foram: “*A Política Cultural: regulação estatal e mecenato privado*” da autora Maria Arminda do Nascimento Arruda, ocorrido em 20 de abril de 2018. A apresentação do texto foi realizada pelo bolsista Gabriel Muzzi e a bolsista Camilla Lourenço, seguidos pelos bolsistas debatedores Breno Santareno e Athemis Fonseca. O texto trouxe questões referentes às políticas culturais durante a atuação do ministro da cultura Francisco Weffort, ao longo do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Um momento onde, segundo ARRUDA (2003), o Estado assumiu uma postura de mediar o financiamento dos aparelhos e atividades culturais, realizado através do mecenato privado. Nesse contexto, o marketing cultural se fortalece, se naturaliza, e as

empresas passam a utilizar as leis de incentivo, como a Lei Rouanet, por exemplo, importantes ferramentas de autopromoção.

Fotografia 1: Grupo de estudos



<https://petppc.wordpress.com/>: E. EDWARDS, 2018

Os apresentadores discorreram também sobre dados apresentados durante o texto, onde ficou evidente o crescimento do investimento na cultura – muito focado nas linguagens artísticas – realizado neste período, mas esse crescimento não pode ser encarado como um avanço em prol da diversidade cultural ou nem mesmo da perspectiva da cultura enquanto um direito. De fato, foi neste período que as relações entre cultura e mercado ganharam um novo sentido: “Cultura é um bom negócio”, como ficou marcado por uma cartilha de incentivo à Lei Rouanet, produzida pelo ministério de Weffort.

O texto “Em tempos de crise: o MinC e a politização do campo da cultura” de Alexandre Barbalho, apresentado no dia 04/05, ficou a cargo do petiano Thiago Godoy e da petiana Athemis Fonseca, com as debatedoras, bolsistas Karina Brisolla e Natalia Ney. O texto bastante didático retrata o nosso mais atual momento de autoritarismos no âmbito da política cultural. Baseado em notícias de jornais como a Folha de São Paulo e O Globo, BARBALHO (2017) contextualiza e analisa os acontecimentos de 2016 relacionados ao Ministério da Cultura, sua rápida extinção, tentativa de transformação em secretaria e a sua recriação.

O desenrolar dos eventos ocorre a partir do momento em que há o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e o governo interino de Michel Temer assume a presidência da República Federativa do Brasil, tomando atitudes que levam o país a um retrocesso de 30 anos. BARBALHO (2017) atualiza o período histórico político fazendo uma reflexão e comparação entre o período Collor e o atual governo de Michel Temer. O autor ressalta que a

resistência do campo cultural em 2016, foi muito mais intensa em comparação ao que o ocorreu durante o governo Collor, e foi exatamente esse fato que permitiu a sobrevivência do MinC.

Segundo análise da conjuntura, a maior politização e organização do campo da cultura, fatores que permitiram o combate aos recentes ataques realizados pelo governo, veio posteriormente ao sistema implementado pela gestão do ex-ministro Gilberto Gil. Barbalho ressalta as políticas culturais implementadas por essa gestão, um processo que contemplou o campo cultural a partir de uma administração voltada à questão popular. Os agentes do campo da cultura, artistas, intelectuais, produtores culturais, associações e movimentos culturais possuem total protagonismo na luta pela não extinção do MinC, um reflexo político corresponsável pela participação ativa destes agentes na luta pela democracia.

O texto “*Mulher, negra, favelada e parlamentar: resistir é pleonasmo*” de Marielle Franco, foi apresentado em 18 de maio de 2018, pelas bolsistas Karina Constantino e Êmily de Araújo e debatido pelos bolsistas Roberto Carso e Thiago Godoy. O texto, que traça um panorama do golpe de 2016, pontuando as opressões enfrentadas por uma mulher ocupando um espaço de poder e evidenciando sua trajetória como vereadora da cidade do Rio de Janeiro, compõe a publicação da coleção CULT/UFBA “*O Golpe na perspectiva de gênero*”, organizado por Linda Rubim e Fernanda Argolo.

A análise integra a seguinte conjuntura: Michel Temer como presidente interino e Marcelo Crivella, bispo ligado a uma das maiores instituições religiosas do país, como atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, município onde a vereadora negra e socióloga com origem na favela da Maré, enfrentava a problemática de um discurso patriarcal, sistemático, conflituoso em detrimento de a uma política balizada nas relações de gênero, raça e classe. O ensaio evidencia o grande entrave gerado por alianças políticas firmadas entre partidos que não compartilham da mesma ideologia, uma dicotomia marcada pela peleja: de um lado os interesses das classes dominantes construídos sobre pilares moralistas e tradicionais sistematicamente estabelecidos e de outro, estratégias que buscam romper o avanço do capital e desenvolver uma sociedade pautada em razão das diferenças e da dignidade humana.

Fotografia 2: Grupo de estudos



<https://petppc.wordpress.com/>: E. EDWARDS, 2018

Mesmo se tratando de um texto que discute a triste e recorrente situação de uma sintomática político-social que oprime mulheres, populações negras, indígenas e promove a violência nas periferias através de mecanismos institucionais, principalmente com políticas públicas, que deveriam promover, evidenciar uma sociedade mais justa e igualitária. As palavras de FRANCO, et al (2016) carregam o otimismo que nos aponta para uma utopia que devemos buscar como fonte, uma força para continuar resistindo e defendendo aquilo que já deveria ser universalmente óbvio, quando se trata dos direitos à vida.

O Texto “Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil?” de autoria de Luiz Mello, Rezende Bruno de Avelar, Daniela Maroja. A apresentação ficou a cargo do petiano Renato Vieira e os debatedores foram os petianos Camila Lourenço e Roberto Carso. Foi apresentado em 22 de junho de 2018. Desta vez a temática abordada foi para o público LGBT. A mesa composta por exclusivamente por pessoas lgbs, discutiu assuntos pertinentes em relação a atual escassez de políticas públicas e ações afirmativas para esta população, historicamente marginalizada pela sociedade.

Iniciando uma reflexão sobre quando e como o assunto entrou em pauta para o poder público, MELLO (2012), destaca que as iniciativas se deram após anos de discussão, sendo minimamente concretizado a partir dos mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na era compreendida entre 2002 e 2014, em especial em seu segundo mandato. Propõe principalmente uma análise sobre efetividade dos planos, programas e conferências produzidos e realizados pelo governo federal, abordando em majoritariamente quatro documentos que discutem o fomento dos direitos humanos e cidadania desse público, tais como o "Programa Brasil Sem Homofobia", os "Anais da I Conferência Nacional LGBT", o "Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT" e o "Programa Nacional de Direitos Humanos 3".

Analisa criticamente as propostas destes documentos, por meio de entrevistas feitas com gestores nas esferas municipais e estaduais, além de representantes diretos da sociedade civil. A partir destas análises percebe-se o quão carente somos de políticas públicas e o quanto as discontinuidades destas ações influenciam – e causam grandes estragos – para uma sociedade menos justa, mais segura e com mais direitos igualitários para todas e todos. O

momento de debate nos fez perceber não há dúvidas de que estes documentos, formalizados para ações, são compromissos do Governo Federal (independe de sua gestão), com intuito de assegurar direitos civis à população LGBT no Brasil, além de querer-se equiparar socialmente todos indivíduos perante território nacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica dos encontros do grupo de estudos explora a leitura de temáticas complementares à formação dos discentes bolsistas e demais interessadxs. Uma dinâmica que também procura explorar a leitura, debate e ensinamento. Essas três formas de trabalhar um assunto específico, ajudam na assimilação dos temas por meio da afinidade e da reunião em caráter de roda de conversa. Trazendo uma reflexão crítica, com autonomia para construir o diálogo entre seus iguais, influenciando um debate que não se localiza apenas no teórico, mas vai extravasando seu potencial empírico, quando observamos pessoas que se utilizaram ou vivenciam conflitos expoentes, habilitando o contexto do debate com informações que seria e pode ser muito valioso a pesquisadores.

A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando bla bla blá e a prática, ativismo. [...] O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. (FREIRE, 2002, p.12,13)

Não apenas pensando seu teor metodológico, mas aplicando nas questões políticas sociais que permeia a filosofia do curso e sua importância para futuros políticos ou agentes culturais. Explorando o conceito de política cultural, mas abordando todo um campo multidisciplinar que prevê a economia, relações sociais, direitos constitucionais e políticas públicas. Formas de conscientização crítica, engajamento e aperfeiçoamento de um olhar holístico referente aos conflitos políticos que são gerados por déficits sociais.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M; A política cultural: regulação estatal e mecenato privado . **Tempo Social**, São Paulo, 15(2), 177-193. (2003).

BARBALHO, A; Em tempos de crise; o MinC e a politização do campo cultural brasileiro. **Pol. Cult. Rev.** Salvador, v. 10, n. 1, p. 23-46, jan./jun. 2017

FREIRE, P; Pedagogia da Autonomia. **Paz e Terra**; São Paulo, 2002.

MELLO, L, AVELAR R. B, MAROJA, D; Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado** – Goiás, Volume 27 Número 2 - Maio/Agosto 2012

RUBIM, L, ARGOLO F; O Golpe na perspectiva de Gênero; **Edufba**; salvador , 2018